



ATA Nº.11/2014 REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BORBA REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO DE 2014

Como secretária à reunião esteve presente a funcionária Aldina Vitória Bilro Vinhas do Maio, Coordenadora Técnica, da Câmara Municipal de Borba.-----

Movimento Financeiro ---

Foi presente e distribuído o resumo de tesouraria do dia 27 de maio de 2014 que acusa um total de disponibilidades de 578.252,22 Euros.----

-----PONTO 1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA-----

Ponto 1.1 – Assuntos Gerais de Interesse para a autarquia----





O senhor Presidente informou que esse Protocolo foi discutido e aprovado com toda a clareza na última reunião de câmara. A Câmara apoia, como tem apoiado as outras instituições/coletividades, quem organiza são as entidades.

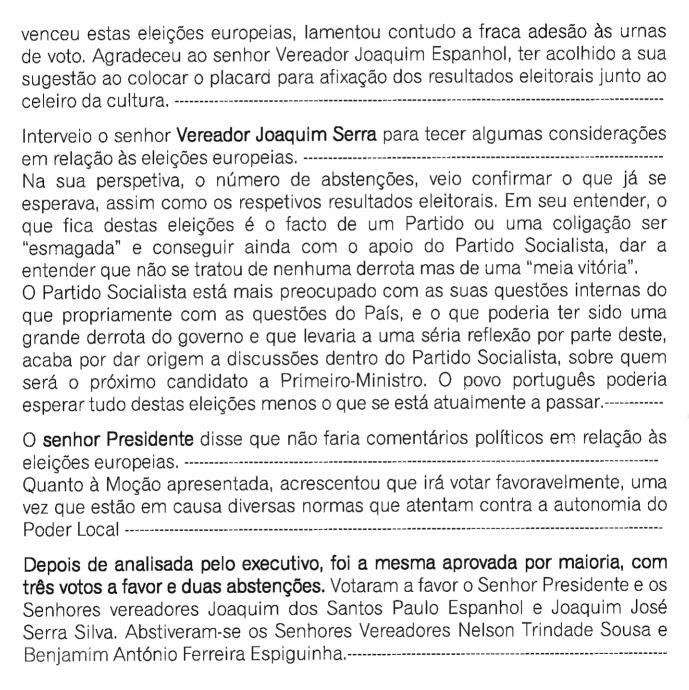




Relativamente ao requerimento apresentado pelos vereadores Jerónimo Cavaco e Joaquim Serra, já se informou do ponto de situação e uma vez que neste momento tem havido pessoal a gozar férias de anos anteriores, ainda não foi possível reunir toda a documentação. No entanto, espera que até meados da próxima semana a situação esteja resolvida. -----Reportando-se ainda à sua última intervenção, nomeadamente à questão do Protocolo com a Casa da Cultura de Orada, o senhor Vereador Nelson Sousa pediu então que o mail enviado pela técnica fosse corrigido e reenviado. ------Pediu a palavra o senhor Vereador Joaquim Serra, pretendendo abordar dois O primeiro, relacionado com a disponibilização dos documentos para a reunião de câmara. Sugeriu, que se falasse com o técnico de informática, no sentido de ver qual a possibilidade em se atribuir um mail da câmara a cada vereador. A dificuldade em fazer seguir estes documentos atempadamente, tem que ver com o limite do tamanho máximo que o servidor de mail de cada um suporta, por isso é que uns vereadores recebem os documentos e outros não. -----Seguidamente apresentou a Moção sobre o tema" Em defesa da água pública e pelo respeito da Autonomia do Poder Local", que não chegou a ser discutida nem aprovada na última reunião de câmara por terem surgido duvidas e que ficará arquivada em pasta anexa como doc. 1 -----Relativamente a esta Moção, o senhor Vereador Benjamim Espiguinha, disse que apesar de ter solicitado ajuda à Comissão Distrital de Évora, para tentar perceber algumas questões, nomeadamente a legislação que é invocada no teor da Moção, ainda não conseguiu obter informação exata, pelo que continua sem estar devidamente esclarecido.----Ainda no uso da palavra, abordou a questão das eleições europeias, saudando os vencedores. Acrescentou, que como democrata, aceita os desígnios do povo, os anseios e as decisões, quer sejam favoráveis ou desfavoráveis à sua causa, pretendendo dar um cumprimento democrático a quem de facto











PONTO 2. ORDEM DO DIA
A Ordem do dia foi a seguinte:
Ponto 2. Ordem do Dia
Ponto 2.1 – Aprovação da Ata nº.9/2014
Ponto 2.2 - Constituição de Fundo Permanente
Ponto 2.3 - Pedido de Parecer Prévio para Celebração/Renovação de Contrato
de Prestação de Serviços:a) Inspeção Periódica de Viatura;
b) Serviço de Carregamento de Ar Condicionado;
c) Serviço de Limpeza de Estofos;
d) Spot Publicitário – Rádio Campanário;
e) Spot Publicitário – Rádio Borba;
f) Reparação no ramo de pintura/impermeabilização das Piscinas Descobertas Municipais de Borba;
g) Testes Psicotécnicos para Renovação de Certificado de Transporte Coletivo de Crianças;
h) Trabalhos Especializados na área de Segurança/Higiene e Saúde no
Trabalho:
i) Iluminação Pública – Pedido de ligação de IP;
j) Serviços de Proteção Civil;
k) Prestação de Serviços de Limpeza e Manutenção das Instalações
Municipals,
Ponto 2.4 – Alteração ao Protocolo celebrado entre o Município de Borba e a
Liga Portuguesa contra o Cancro,
Ponto 2.5 - Protocolo para partilha de Serviços do Centro de Tecnologias
Digitais a celebrar entre a CIMAC a ADRAL e o Município de Borba,
Ponto 2.6 – Pedido de autorização à Assembleia Municipal para Assunção de
compromissos plurianuais:
a) Prestação de Serviços relativos a Higiene e Segurança no Trabalho
b) Contrato de Aluguer de 2 equipamentos multifunções por 38 meses





Rua Humberto Silveira Fernandes e nº 1 da Rua José de Sousa Carvalho em Borba para fins Comerciais
PONTO 2.1 – APROVAÇÃO DA ATA Nº. 9/2014
Previamente distribuída por todo o executivo, esteve presente a Ata n.º 9/2014 que, depois de analisada, foi submetida à votação tendo sido aprovada por unanimidade a sua aprovação.
PONTO 2.2 – CONSTITUIÇÃO DE FUNDO PERMANENTE
Na sequência da informação técnica (que se arquiva em pasta anexa como documento nº.2) e, considerando que o Vereador Joaquim José Serra Silva foi designado como vereador a meio tempo, por despacho do Presidente da Câmara datado de 05/05/2014;
Considerando que ao mesmo vereador, por despacho do Presidente da Câmara, datado de 09/05/2014, foram conferidas as funções atinentes ás seguintes áreas: Desporto e Tempos Livres; Educação e Juventude; Turismo; Desenvolvimento Económico e Defesa do Consumidor; Património; Cultura e
Ciência; Associativismo.————————————————————————————————————
*Vereador Joaquim José Serra Silva Valor: 250,00 Euros Rúbrica Orçamental: 02. Câmara Municipal e Serviços Municipals 02/02010202 Gasóleo: 50.00 Euros





02/020211 ----- Representação dos Serviços: 200,00 Euros-----

Seguidamente o Senhor Presidente colocou a proposta à votação tendo sido deliberado, por maioria, com três votos a favor e duas abstenções. Votaram a favor o Senhor Presidente e os Senhores vereadores Joaquim dos Santos Paulo Espanhol e Joaquim José Serra Silva. Abstiveram-se os Senhores Vereadores Nelson Trindade Sousa e Benjamim António Ferreira Espiguinha.---

PONTO 2.3 – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO PARA CELEBRAÇÃO/RENOVAÇÃO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS-----

Na sequência da informação técnica (que se arquiva em pasta anexa como documento nº.3) por proposta do Senhor Presidente, a Câmara Municipal deverá deliberar conceder parecer prévio favorável à celebração dos contratos de aquisição de serviços sujeitos ao disposto no n.º 4 do art. 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, nos casos anexos à informação que são os seguintes:-----

- a) Inspeção Periódica de Viatura;-----b) Serviço de Carregamento de Ar Condicionado;-----
- c) Serviço de Limpeza de Estofos;-----
- d) Spot Publicitário Rádio Campanário;-----e) Spot Publicitário Rádio Borba;-----
- f) Reparação no ramo de pintura/impermeabilização das Piscinas Descobertas Municipais de Borba;-----
- g) Testes Psicotécnicos para Renovação de Certificado de Transporte Coletivo de Crianças;-----
- h) Trabalhos Especializados na área de Segurança/Higiene e Saúde no Trabalho;-----
- i) Iluminação Pública Pedido de ligação de IP;------
- j) Serviços de Proteção Civil;-----





k) Prestação de Serviços de Limpeza e Manutenção das Instalações Municipais
Foram levantadas algumas dúvidas/questões relativamente:
1. Alíneas d) e e): por parte do senhor Vereador Nelson Sousa:
1.1.Quais eram as atividades culturais que seriam publicitadas na Rádio Campanário;
1.2. Porque é que, sendo a Rádio Borba uma rádio local, não lhes foram dados os dois Spots para publicitar;
O senhor Presidente explicou que a rádio campanário tem desde há algum tempo feito uma excelente promoção do concelho de Borba. Dado o bom trabalho que esta rádio tem feito em termos de promoção e divulgação do concelho de Borba, achou que seria a melhor opção.————————————————————————————————————
Pediu a palavra o senhor Vereador Nelson Sousa , dizendo que mais uma vez, continuam a aparecer situações para ratificar em vez de aprovar. Estes contratos de prestação de serviços já se realizaram e só agora vêm à reunião de câmara o que demonstra uma falta de respeito pelos restantes eleitos
O senhor Vereador Joaquim Serra interveio, dando razão nesta questão ao senhor Vereador Nelson Sousa. Chamou mais uma vez a atenção para que estes documentos sejam atempadamente elaborados e previamente apresentados aos eleitos
2. Alinea j):
2.1. O senhor Vereador Nelson Sousa pretendeu saber qual o tipo de serviços que serão prestados e se os mesmos não poderiam ser feitos através de um técnico da Câmara, de maneira a evitar gastos para o Município;





2.2. O senhor Vereador Benjamim Espiguinha sugeriu, que uma vez que a empresa CEVALOR vai ser abordada para prestar o serviço relativo à alínea h) – Higiene e Segurança no Trabalho, poderá a mesma ser também consuitada sobre esta prestação de serviço; ------

O senhor Presidente explicou que dadas as especificidades do serviço, o município não dispõe de um técnico com disponibilidade e possibilidades para fazer esse serviço. A pessoa que propõe esse tipo de trabalho é uma pessoa especializada em elaborar medidas corretivas ao plano municipal de emergência e implementar medidas de autoproteção.

O senhor Vereador Joaquim Serra, disse que tendo a Câmara um plano municipal de emergência já feito há alguns anos e que ainda não está concluído nem aprovado, seria urgente que o mesmo começasse a funcionar.

3. Alínea K) —----

3.1. Os senhores vereadores Nelson Sousa e Benjamim Espiguinha pretenderam saber quais os tipos de serviços propostos tendo em conta que se trata de uma verba muito alta.

Seguidamente o Senhor Presidente colocou a proposta à votação tendo sido deliberado, por unanimidade, a aprovação das seguinte alíneas: a), b), c), f) g), h) i). As alíneas d) e e) foram aprovadas por maioria, com quatro votos a favor e um voto contra, por parte do vereador Nelson Trindade de Sousa que apresentou a seguinte declaração de voto: "O executivo tem apresentado de forma regular este tipo de contrato de prestação quando os serviços já foram concluídos, revelando uma total falta de planeamento, organização na gestão do município e uma falta de respeito pelos eleitos. Quero terminar a minha



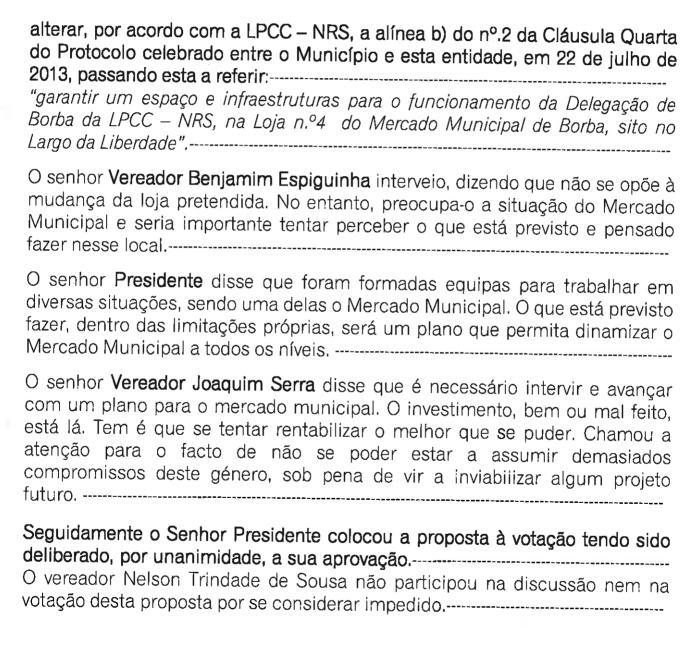


PONTO 2.4 – ALTERAÇÃO AO PROTOCOLO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BORBA E A LIGA PORTUGUESA CONTRA O CANCRO-----

Presente informação do Gabinete de Apoio Jurídico (que se arquiva em pasta anexa como documento nº.4) informando o seguinte: " Prevê o n.º 2 da Cláusula Quarta do Protocolo celebrado entre o Município de Borba e a Liga Portuguesa Contra Cancro - Núcleo Regional do Sul (LPCC - NRS), em 22 de julho de 2013, que à autarquia cabe "garantir um espaço e infraestruturas para o funcionamento da Delegação de Borba da LPCC - NRS, na Loja n.º 12 do Mercado Municipal de Borba, sito no Largo da Liberdade".-----A loja em causa situa-se ao nível do primeiro andar.-----Foi pela LPCC - NRS manifestado, junto do Sr. Presidente da Câmara, vontade de que o espaço que ao abrigo da referida cláusula se lhe encontra cedido (Loja n.º 12 do Mercado Municipal de Borba) fosse substituído por um outro, no mesmo Mercado, mas localizado ao nível do rés-do-chão. Fundamenta-se a alteração proposta no facto de se encontrarem a prestar apoio a diversos doentes do foro oncológico que, muitas vezes, têm dificuldades de locomoção e para os quais o acesso ao espaço que agora ocupam no primeiro andar se revela verdadeiramente penoso.-----Encontrando-se atualmente disponível ao nível do rés-do-chão a Loja n.º4 do Mercado Municipal de Borba, de que a autarquia é proprietária, considera-se pertinente ir de encontro ao solicitado, desta forma cooperando na prossecução do interesse público em causa".(...)------Assim, por proposta da Senhor Presidente a Câmara Municipal de Borba, ao abrigo das competências que lhe são conferidas pelas alíneas u) e ee) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deverá deliberar











PONTO 2.5 – PROTOCOLO PARA PARTILHA DE SERVIÇOS DO CENTRO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS A CELEBRAR ENTRE A CIMAC A ADRAL E O MUNICÍPIO DE BORBA-----

Seguidamente o Senhor Presidente colocou a proposta à votação tendo sido deliberado, por unanimidade, a sua aprovação.----

PONTO 2.6 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS:-----

a) Prestação de Serviços relativos a Higiene e Segurança no Trabalho-----





Ano	Valor
2014	1.950,00
2015	3.900,00
2016	3.900,00
2017	1.950,00

Desta forma, e tendo em conta que se pretende que o procedimento para a prestação de serviços, segurança, higiene e saúde no trabalho, tenha a duração de 3 anos (durante os quais serão efetuados pagamentos referentes ao valor do contrato), o que implica a assunção de compromissos plurianuais, para os anos de 2014, 2015, 2016 e 2017, por proposta do Senhor Presidente a Câmara Municipal deverá deliberar solicitar autorização à Assembleia Municipal, para tal assunção de compromissos, nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº8/2012, de 21 de fevereiro.

Seguidamente o Senhor Presidente colocou a proposta à votação tendo sido deliberado, por unanimidade, a sua aprovação.----





b) Contrato de Aluguer de 2 Equipamentos Multifunções por 38 meses----

Presente informação técnica (que se arquiva em pasta anexa como documento no.7) com o seguinte teor:-----O Município de Borba, no decorrer de se aproximar o término do contrato de aluguer de dois equipamentos multifunções (contratos de locação n.º 094-1210 e 094-1679 a terminar em 01/07/2014), sitos no Gabinete Técnico e nos Estaleiros Municipais, está a preparar um procedimento com o mesmo objeto, de modo a assegurar a substituição dos referidos equipamentos.-----Atualmente, estão em execução dois contratos para o aluguer de 6 equipamentos multifunções (Expediente, Apoio à Presidência, Contabilidade, Balção Único e Gabinete de Informação e Relações Públicas), com término a 31/08/2017. Neste sentido, e de modo a que o final do contrato coincida com todos os outros equipamentos multifunções, pretende-se que este procedimento tenha a duração de 38 meses.----Desta forma, o município pretende ao ajustar os términos dos contratos para a mesma data, de modo a que no final se possa agregar uma consulta para a totalidade dos equipamentos, o que certamente trará vantagens negociais.-----Consideramos que este fator de redução de custos fundamenta e é considerado uma situação particular, permitindo que, de acordo com o exposto no art.º48 e do art.º451 do CCP (que remete para o art.º440.º do mesmo diploma), o prazo de vigência do contrato possa ser superior a 3 anos 36 meses),------Face ao exposto, pretende-se que o procedimento seja aberto para a contratação de aluguer com duração superior a 3 anos (início previsto para Julho/2014, abarcando os anos económicos 2014, 2015, 2016 e 2017).------De acordo com o previsto na alínea c) do nº1 do artigo 6º da Lei nº8/2012, de 21 de fevereiro a assunção de compromissos plurianuais, pelas entidades da administração local, independentemente da sua forma jurídica, está sujeita a autorização prévia da assembleia municipal.-----Prevê-se, tendo em consideração os preços atualmente a ser praticados pelo





aluguer das 6 multifunções, assim como as características dos próprios equipamentos, que os custos mensais com este procedimento ascendam a 121,90€/mensais (acrescidos de iva à taxa em vigor), que se traduz, por anos, nos seguintes custos:-----

. Ano	Valor
2014	731,40€
2015	1.462,80€
2016	1.462,80€
2017	975,20€
TOTAL	4.632,20€

Desta forma, e tendo em conta que se pretende que o procedimento para o aluguer de dois equipamentos multifunções, tenha a duração de 38 meses (durante os quais serão efetuados pagamentos mensais referentes ao valor do contrato), o que implica a assunção de compromissos plurianuais, para os anos de 2014, 2015, 2016 e 2017, por proposta do Senhor Presidente a Câmara Municipal deverá deliberar solicitar autorização à Assembleia Municipal, para tal assunção de compromissos, nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº8/2012, de 21 de fevereiro.

Seguidamente o Senhor Presidente colocou a proposta à votação tendo sido deliberado, por unanimidade, a sua aprovação.----

PONTO 2.7 – HASTA PÚBLICA PARA ARRENDAMENTO DO R/C COM ENTRADA PELO Nº.18 DA RUA HUMBERTO SILVEIRA FERNANDES E Nº.1 DA RUA JOSÉ DE SOUSA CARVALHO EM BORBA PARA FINS COMERCIAIS-------

Na sequência da informação do Gabinete de Apoio Jurídico (que se arquiva em pasta anexa como documento nº.8), e tendo em conta que o Sport Clube Borbense renunciou ao comodato da parte do rés-do-chão, com entrada pelo n.º 18 da Rua Humberto Silveira Fernandes e n.º 1 da Rua José de Sousa Carvalho, em Borba, celebrado entre o mesmo e o Município de Borba, em 20





de outubro de 2010, a Municipal deverá proceder ao arrendamento, por hasta pública, da parte do rés-do-chão, com entrada pelo n.º 18 da Rua Humberto Silveira Fernandes e n.º 1 da Rua José de Sousa Carvalho, em Borba, de acordo com as seguintes condições:-----

- 1 Identificação do espaço e valor base de licitação do arrendamento:-----
- 1.1- Características do espaço: duas divisões independentes no rés-do-chão, com 53.55 m² de área total e com entrada pelo n.º 18 da Rua Humberto Silveira Fernandes e n.º 1 da Rua José de Sousa Carvalho, em Borba, correspondente a parte da fração A do prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de Borba, Freguesia Matriz, sob o n.º 0054/220191 e inscrita na matriz predial com o art.º 2913-A;-----
- 1.2- Valor base de licitação para arrendamento: 200€ (duzentos euros)/renda mensal;-----
- comercial;-----
- 2.2 Ao espaço não é permitido dar uso diferente do previsto no ponto anterior, sob pena de resolução contratual;-----
- 2.3 O arrendatário apenas poderá iniciar a sua atividade no locado após a obtenção da necessária autorização de utilização e o cumprimento das inerentes formalidades legais;-----
- 2.4 O arrendamento é feito pelo prazo de 5 anos, renovando-se, automaticamente, no seu termo e por iguais e sucessivos períodos de tempo, sem prejuízo do direito de as partes se oporem à sua renovação, nos termos do disposto na lei e nos números seguintes;-----
- 2.5 O Município pode denunciar o contrato antes do termo do prazo ou da sua renovação, sem dependência de ação judicial, quando pretenda destinar o prédio à instalação e ao funcionamento dos seus serviços;-----
- 2.6 A denúncia nos termos do número anterior confere ao arrendatário o direito a uma indemnização correspondente a uma renda por cada mês de antecipação relativamente ao termo previsto para o contrato, com o limite



de 12 rendas e, bem assim, a uma compensação por benfeitorias previamente autorizadas e não amortizadas que tenham provocado um aumento do seu valor locativo;
2.7 - No caso referido no ponto 2.5 o arrendatário desocupa o prédio no prazo
de 120 dias a contar da notificação da denúncia pelo senhorio, sob pena de
despejo imediato, sem dependência de ação judicial, a determinar pelo
órgão municipal competente;
2.8 - Durante o primeiro ano de vigência do contrato de arrendamento a renda
mensal será no valor licitado, a pagar pelo arrendatário ao senhorio até ao
primeiro dia útil do mês anterior àquele a que disser respeito, por depósito
ou transferência bancária para o NIB a indicar por este;
2.9 - No ato de assinatura do contrato, o inquilino entrega ao Município o valor
correspondente a duas rendas mensais, a título de caução e para garantia
do bom e pontual cumprimento das obrigações assumidas pelo contrato e
o valor da renda referente ao primeiro mês de contrato;
A renda fica sujeita às atualizações anuais de acordo com os coeficientes
legalmente fixados, podendo a primeira atualização ser exigida pelo
senhorio ao arrendatário um ano após a entrada em vigor do contrato:
2.10 - Para os efeitos do disposto no ponto anterior, o senhorio deverá
comunicar, por escrito, ao inquilino, com uma antecedência mínima de
trinta (30) dias, o montante atualizado da nova renda, indicando
expressamente o coeficiente utilizado no respetivo cálculo;
2.11 - A renda atualizada será devida pelo inquilino a partir do mês seguinte
àquele em que a mesma lhe for comunicada pelo Município;
2.12 - O arrendatário não pode sublocar ou ceder, no todo ou em parte.
onerosa ou gratuitamente, o locado, sem consentimento expresso e dado
por escrito do senhorio;
2.13 - Só poderão ser efetuadas obras ou benfeitorias no local arrendado com
prévia autorização escrita do Município, com exceção das reparações
urgentes;
2.14 - Todas e quaisquer obras ou benfeitorias que o inquilino efetue no local
arrendado e que tenham a autorização do senhorio ficarão a fazer parte do





mesmo, não podendo o inquilino exigir qualquer indemnização ou alegar
retenção, mesmo quando autorizadas;
2.16 - O inquilino fica igualmente, desde a data de celebração do contrato, autorizado a desenvolver os procedimentos de controlo prévio das obras referidas no número anterior;
2.17 - O Município permite ainda ao arrendatário que coloque na parede exterior do edifício locado os anúncios ou placas que identifiquem a atividade que pretende desenvolver, sem prejuízo do cumprimento das normas legais e regulamentares e das formalidades aplicáveis;
2.18 - São da responsabilidade do inquilino todos os encargos relativos ao consumo de água, eletricidade, gás, telefone, internet, manutenção e limpeza do arredando e outras, correspondentes ao período de vigência deste contrato, mesmo que se venham a vencer em data posterior ao termo do contrato;
2.19 - O arrendatário obriga-se a conservar em bom estado as instalações e canalizações de água, eletricidade, esgotos, paredes, pavimentos, pinturas e vidros;
2.20 - O inquilino obriga-se a fazer um uso prudente do locado que deverá ser restituído em bom estado, ressalvadas as deteriorações normais e inerentes a uma prudente utilização, em conformidade com os fins do contrato;
2.21 - Em tudo o não previsto no contrato, rege o disposto no Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, no Código Civil e na Lei nº 31/2012, de 14 de agosto;
3 - <u>Publicitação da Hasta Pública:</u> A hasta pública será publicitada na Rádio Borba e através da afixação de edital nos lugares do costume (Edifício Paços do Concelho, Avenida do Povo e





Juntas de Freguesia do Concelho) e publicado na página Web: www.cm-borba.pt
4 – Nomeação da Comissão:A praça da hasta pública decorrerá perante uma comissão constituída pelos seguintes membros:
Efetivos:
Suplentes:
5 - <u>Apresentação de Propostas</u> Não se aceitam propostas escritas
6 – A praça e a licitação6.1 - A praça realizar-se-á no Salão Nobre da Câmara Municipal de Borba, sito na Praça da República, em Borba, no dia 13 de junho, iniciando-se pelas 10 horas;
6.2 - Podem intervir na praça os interessados ou os seus representantes, devidamente identificados e, no caso de pessoas coletivas, habilitados com poderes bastantes para arrematar;
6.3 - A licitação será efetuada a partir do valor base de licitação, sendo admitidos apenas lanços de 25,00€ e múltiplos de 25;
7 - Adjudicação e Condições de Pagamento:





elaborado o respetivo auto de arrematação, que deve ser assinado pelos membros da comissão e pelo adjudicatário provisório;-----7.2 - A adjudicação em hasta pública torna-se definitiva depois da Câmara Municipal de Borba aprovar a respetiva ata da hasta pública;-----7.3 - O arrematante tem que prestar caução no valor de 50% do preço global da licitação, a depositar na Tesouraria Municipal, no final da praça, que funcionará como sinal, revertendo para o Município em caso de desistência ou não aceitação das condições da Hasta Pública. A caução será devolvida depois de assinado o contrato de arrendamento a celebrar;-----7.4 - Na data de celebração do contrato de arrendamento será paga a primeira renda, bem como caução, destinada a garantir o exato pontual cumprimento do contrato, de igual valor.-----8 - Obrigações do Adjudicatário:-----O adjudicatário provisório deve apresentar os documentos comprovativos de que se encontra em situação regularizada perante o Estado Português em sede de contribuições e impostos, bem como relativamente à sua situação contributiva para com a segurança social, no prazo de 10 dias úteis a contar da adjudicação provisória. A não apresentação destes documentos, por motivos imputáveis ao adjudicatário provisório, implica a não adjudicação definitiva do direito de arrendamento do imóvel e a perda das importâncias já entregues.----9 - Impostos e Encargos:-----Será da responsabilidade do adjudicatário o pagamento dos impostos inerentes à celebração do contrato.----10 – Outras Informações-----As informações e esclarecimentos necessários serão prestados no Gabinete de Apoio Jurídico da Câmara Municipal de Borba, sito no Edifício dos Paços do Concelho, todos os dias úteis, durante o horário normal de funcionamento.





Assim, por proposta do Senhor Presidente a Câmara Municipal de Borba deverá deliberar proceder à realização de hasta pública, para atribuição do direito de arrendamento da parte do rés-do-chão, com entrada pelo n.º 18 da Rua Humberto Silveira Fernandes e n.º 1 da Rua José de Sousa Carvalho, em Borba, de acordo com as condições constantes da presente proposta.-----

O senhor Presidente disse que, neste momento e independentemente de quem seja a pessoa interessada, o seu principal objetivo é que aquele espaço seja ocupado, recuperado e obviamente que haja mais uma receita para o Município.

O senhor **vereador Joaquim Serra** interveio, dizendo que sempre defendeu que a Câmara nunca deveria adjudicar diretamente à pessoa, deveria dar a possibilidade pública de qualquer outro interessado também poder participar. Neste caso, se existe um espaço que está degradado e precisa de ser arranjado e há uma proposta de um interessado que até parece razoável e que





Seguidamente o Senhor Presidente colocou a proposta à votação tendo sido deliberado, por maioria, com quatro votos a favor e uma abstenção, a sua aprovação. Votaram a favor o Senhor Presidente e os Senhores vereadores Joaquim dos Santos Paulo Espanhoi, Joaquim José Serra Silva e Benjamim António Ferreira Espiguinha. Absteve-se o Senhor Vereador Nelson Trindade Sousa.-----

PONTO 2.8 - ATIVIDADES DA CÂMARA-----

O Senhor	Presidente	informou	que,	para	além	das	atividade	s normais	de
funcionam	nento e gest	ão, desde	a últ	ima r	eunião	de	Câmara,	participou	em
algumas n	euniões des	tacando:			-	1 00° 30° 30° 30° 30° 30° 30°		*****	

- > Reuniões com a CIMAC;-----
- Reunião com a Direção Regional de Educação;-----
- ➤ Reunião na Câmara de Vila Viçosa acerca da situação da EDC Mármores. Informou que esta empresa está de facto numa situação bastante complicada.-----
- > Reunião com o exército português sobre as comemorações da Batalha de Montes Claros; ------

O senhor vereador Joaquim Espanhol, relativamente aos seus pelouros, prestou as seguintes informações:-----

Freguesia Matriz-----

Edificios------





	-Conclusão dos trabalhos para resolução de infiltrações na cobertura do edifício de restaurante no Jardim público;
	-Pintura do Bar das Piscinas e áreas de lazer;
	-Reparação de pavimentos de balneários/vestiários e reparação de
	paredes em zonas exteriores das piscinas descobertas;
•	Arranjos exteriores
	-Limpeza e desmatação de espaços verdes em piscinas descobertasTrabalhos de limpeza e desmatação nas zonas verdes das piscinas
de	scobertas;
,	-Corte de sebe em piscinas descobertas;
рú	-Colocação estatuetas no recinto do Mercado Municipal;
•	Vias de comunicação
Fre	eguesia Rio Moinhos
	Arranjos exteriores
	-Desmatação de bermas de vias rodoviárias da freguesia;
•	Infraestruturas
	- Execução de montante para sustentação de via na Tapada do Anjinho;
Fre	eguesia Orada
•	Vias de comunicação -Reparação de vias com a colocação de tout-venant em caminhos públicos nomeadamente da Azinhaga dos Carris, Viçoso e Naves;





Diversos
-Serviços habituais de limpeza de arruamentos, recolha de monos e resíduos verdes em todo o concelho;
O senhor Vereador Joaquim Serra , pretendeu saber se a lavagem dos molok's referenciada pelo senhor Vereador Joaquim Espanhol, se reportava a todos os molok's ou só a alguns
O senhor Vereador Joaquim Espanhol respondeu que em Rio de Moinhos os molok's foram todos lavados. Em Borba foram apenas alguns, estando prevista a lavagens dos restantes na próxima 3ª feira
O senhor vereador Joaquim Serra, relativamente aos seus pelouros, destacou as seguintes informações:
 Participação em reuniões sobre o encerramento das escolas da Nora e

Orada. Nessas reuniões os pais manifestaram disponibilidade e empenho em manter as referidas escolas a funcionar. A Câmara já enviou para a





Direção Regional de Educação a sua posição sobre este assunto, estando a aguardar uma resposta;-----

- Preparação das comemorações do Dia Internacional da Criança. Informou que para assinalar este dia estão previstas diversas atividades entre as quais jogos tradicionais, colocação de insufláveis,...no Jardim Municipal. Estas iniciativas terão lugar no Domingo (dia 1) durante a tarde e na Segunda- Feira (dia 2) durante a manhã, isto para permitir que todas as crianças possam usufruir dos divertimentos, uma vez que no domingo algumas das crianças das freguesias poderão ter dificuldade em se deslocar para Borba; ------
- No próximo domingo (dia 1), está também agendada a apresentação do livro do concurso das quadras sobre a criança, no Palacete dos Melos;------
- Está a analisar os Protocolos e as candidaturas que existiam. No Regulamento de Atribuição de Subsídios e Apoio às Associações/Coletividades sem fins lucrativos do Município de Borba, através do qual as Associações se candidatam, existe uma alínea que diz que a Câmara é que define os critérios, e é sobre esses critérios que está a elaborar uma proposta que pretende apresentar numa próxima reunião de câmara para discussão e aprovação.



----ENCERRAMENTO----

Por não haver mais nada a tratar, o Senhor Presidente deu a reunião por encerrada, pelas treze horas da qual se lavrou a presente ata, composta por vinte e seis páginas, que por ele vai ser assinada, e por mim, Maria Alexandra Pereira Abelho Cordeiro, que a redigi.-----

O Presidente da Lâmara

A Assistente Técnica